

O ESTUDANTE PROTAGONISTA E RESPONSABILIZADO DO NOVO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE SOB AS LENTES DA GOVERNAMENTALIDADE

Larissa Scotta

Universidade de Santa Cruz do Sul

RESUMO

Este texto discute a emergência de um modelo de escolarização, no contexto neoliberal conservador brasileiro, que toma o estudante do ensino médio como um ‘empresário de si mesmo’, capaz de exercer ações para potencializar seu capital humano a partir de um protagonismo e de uma responsabilização na escolha de seu percurso formativo. As lentes teórico-metodológicas que guiam este trabalho têm o aporte dos Estudos Foucaultianos, sendo mobilizado para a problematização o conceito de ‘governamentalidade’, entendido como um regime de poder que conduz os comportamentos e governa as mentalidades numa determinada direção. A primeira parte do texto aborda os desdobramentos da governamentalidade neoliberal no domínio educacional, apontando-se para a centralidade ocupada pelos processos de educabilidade e subjetivação dentro da dimensão estratégica do neoliberalismo. A segunda parte mobiliza discursos presentes em diretrizes orientadoras da reforma do ensino médio no Estado do Rio Grande do Sul, sublinhando uma regularidade discursiva que projeta nos estudantes um protagonismo responsabilizado que advém dos valores e princípios do *ethos* neoliberal. A terceira parte aponta um entrelaçamento entre responsabilização individual e esteio familiar. Em um quadro cada vez mais drástico de precarização da vida e de recrudescimento de um neoliberalismo de face conservadora, quando o jovem, lançado no jogo das competitividades fracassa, é a família que é acionada como “seguradora” para garantir a proteção que o Estado, também ele funcionando a partir da lógica empresarial, deixa de oferecer aos indivíduos.

Palavras-chave: Reforma ensino médio; Governamentalidade Neoliberal; Responsabilização; Protagonismo.

THE PROTAGONIST AND RESPONSIBLE STUDENT OF THE NEW HIGH SCHOOL: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF GOVERNMENTALITY

ABSTRACT

This paper discusses the emergence of a schooling model, in the Brazilian neoliberal conservative context, which considers the high school student as an ‘entrepreneur of himself’ who, in school, exercises strategic actions to enhance his human capital from a protagonist viewpoint whenever choosing his formative path. For this, the perspective of Foucauldian studies was used, in particular the concept of ‘governmentality’, understood a regime of power that conducts behaviours and governs mentalities in a certain direction. The first part of the text addresses the developments of neoliberal governmentality in the educational domain, pointing to the centrality occupied by the processes of educability and subjectivation within the strategic dimension of neoliberalism. The second part mobilizes discourses present in guidelines of the high school reform in the State of Rio Grande do Sul, Brazil. There is a discursive regularity that projects in students a leading role and a responsibility that comes from neoliberal values and principles. The third part addresses the relationship between individual accountability and family support. In an ever more dramatic framework of life precariousness and the recrudescence of the moral core of neoliberalism, when the youth, thrown into the game of competition

fails, the family provides the protection that the state, which also functions according to business logic, fails to offer individuals.

Keywords: High school reform; Neoliberal governmentality; Accountability; Protagonism.

EL ESTUDIANTE PROTAGONISTA Y RESPONSABLE DE LA NUEVA ESCUELA SECUNDARIA: UN ANÁLISIS BAJO LOS LENTES DE LA GUBERNAMENTALIDAD

RESUMEN

Este texto discute el surgimiento de un modelo de escolarización, en el contexto neoliberal conservador brasileño, que toma al estudiante de secundaria como un 'empresario de sí mismo', capaz de ejercer acciones para potenciar su capital humano desde un rol protagónico y una responsabilidad en la elección de su trayectoria formativa. Las lentes teóricas y metodológicas que guían este trabajo tienen el aporte de los Estudios Foucaultianos, siendo movilizado para la problematización el concepto de 'gubernamentalidad', entendido como un régimen de poder que conduce los comportamientos y gobierna las mentalidades en una determinada dirección. La primera parte del texto aborda el desdoblamiento de la gubernamentalidad neoliberal en el dominio educativo, señalando la centralidad que ocupan los procesos de educabilidad y subjetivación dentro de la dimensión estratégica del neoliberalismo. La segunda parte moviliza discursos presentes en lineamientos de reforma de la enseñanza secundaria en el Estado de Rio Grande do Sul, subrayando una regularidad discursiva que proyecta en los estudiantes un rol responsable que proviene de los valores y principios del ethos neoliberal. La tercera parte apunta a un entrelazamiento entre la responsabilidad individual y el apoyo familiar. En un cuadro cada vez más drástico de la precariedad de la vida y el resurgimiento de un neoliberalismo con rostro conservador, cuando el joven arrojado al juego competitivo fracasa, es la familia la que está llamada como "aseguradora" a garantizar la protección que el Estado, operando también desde la lógica empresarial, deja de ofrecer a los individuos.

Palabras clave: Reforma de la Enseñanza Secundaria; Gubernamentalidad Neoliberal; Responsabilidad; Protagonismo.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este texto discute a emergência de um modelo de escolarização, no atual contexto neoliberal conservador brasileiro, que toma o estudante do ensino médio como um 'empresário de si mesmo', capaz de exercer ações para potencializar seu capital humano a partir de um protagonismo e de uma responsabilização na escolha de seu percurso formativo. Parte-se da compreensão de que a reforma do ensino médio, colocada em prática em 2022 e desencadeada a partir da aprovação da Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), é orientada no sentido de instaurar no âmbito das políticas curriculares pressupostos da governamentalidade neoliberal que funcionam como estratégias governamentais que agem na condução das condutas dos estudantes, orientando-os a assumirem-se enquanto sujeitos diligentes, determinados, flexíveis, capazes de tirar

proveito de suas competências e, portanto, de serem integralmente responsabilizados por suas escolhas.

Trata-se, em outras palavras, de uma produção de formas de subjetividade no campo educacional que converte o estudante em um sujeito moral cujo dever é o de buscar o autoinvestimento constante que lhe permita adentrar no jogo das competitividades, instaurado em quadro cada vez mais drástico de precarização da vida, em que o Estado deixa de garantir a proteção e os direitos sociais e passa também ele a assumir para si e fazer valer a lógica do mercado.

As lentes teórico-metodológicas que guiam este trabalho têm o aporte dos Estudos Foucaultianos, sendo mobilizado para a problematização o conceito de ‘governamentalidade’, entendido enquanto uma noção metodológica, uma grade de análise pelo qual podemos ver a disposição das coisas. Operar com esse conceito significa olhar para a maneira como se conduz a conduta dos homens e para as relações de poder que lhes são intrínsecas, a partir da compreensão de que os sujeitos não são entidades abstratas e universais, mas constituídos pelas práticas estabelecidas por uma certa racionalidade política a que estão submetidos em um determinado momento histórico.

Na primeira parte do texto, são tecidas considerações acerca dos desdobramentos da governamentalidade neoliberal no domínio educacional, apontando-se para a centralidade ocupada pelos processos de educabilidade e subjetivação dentro da dimensão estratégica do neoliberalismo e para o deslocamento da concepção de educação escolar, que passa a atender à lógica do valor econômico.

Na segunda parte, discute-se a emergência do modelo de escolarização proposto pela reforma do ensino médio e a consequente projeção do estudante como protagonista a partir de processos denominados por Silva (2015) como ‘dispositivos de customização curricular’. Para tanto, busca-se analisar os discursos presentes em diretrizes orientadoras da reforma no Estado do Rio Grande do Sul, visando atentar para a regularidade desses discursos, entendidos enquanto uma construção histórica, política e atravessada por relações de poder que busca produzir certas subjetividades, certas maneiras de viver e de significarem o ensino escolar a partir do que a governamentalidade neoliberal projeta. Ainda, é feita referência a ações da Secretaria

Estadual de Educação (SEDUC) que visam conduzir as condutas de estudantes e profissionais da educação acordo com os valores e princípios do *ethos* neoliberal.

A terceira parte apresenta considerações acerca do deslocamento da responsabilidade do Estado para os indivíduos instaurado pela governamentalidade neoliberal em sua atual conjuntura de recrudescimento de seu ‘núcleo moral’ (DARDOT *et al*, 2021). É destacada a conversão do indivíduo em um sujeito moral, a quem é delegada a ‘liberdade para escolher’ e, justamente em razão disso, precisa ser integralmente responsabilizado pelas escolhas que fizer. Nessa perspectiva, discorre-se acerca da relação entre responsabilização juvenil e esteio familiar. Quando o empreendedorismo passa a significar ‘gestão da sobrevivência’, e o jovem não alcança êxito em suas investidas no mundo do trabalho, é a família que é acionada como “seguradora” para garantir a proteção que o Estado deixa de oferecer aos indivíduos.

1 GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E EDUCAÇÃO

A fim de adentrar na discussão sobre a governamentalidade neoliberal, é importante salientar que o conceito de ‘governamentalidade’ formulado por Foucault pode assumir múltiplas formas. Na obra *Segurança, Território, População*, o filósofo (2008, p. 243) afirma que:

Por essa palavra, governamentalidade, eu quero dizer três coisas. Por governamentalidade, eu entendo o conjunto constituído pelas instituições, pelos procedimentos, análises e reflexões, pelos cálculos e pelas táticas que permitem exercer esse modelo bem específico, ainda que complexo, de poder, que tem por alvo principal a população, por modelo principal de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por governamentalidade, eu entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, conduziu incessantemente, durante muito, muito tempo, à preeminência desse modelo de poder que se pode chamar de governo sobre todos os outros: soberania, disciplina etc. [...] enfim, por governamentalidade, eu acredito que seria preciso entender o processo, ou melhor, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, como se viu pouco a pouco governamentalizado.

Tendo em vista as múltiplas possibilidades de trabalho a partir desse conceito, neste artigo busca-se compreendê-lo como uma forma de racionalidade que organiza as práticas de governo desenvolvidas em um determinado momento histórico

e em uma determinada sociedade. Trata-se de como pensamos a ação de governar, de como determinadas práticas, tecnologias são empregadas a fim de dirigir a conduta dos homens.

Quando Foucault (2010) aborda a questão do ‘governo das condutas’, não está se referindo à instituição ‘governo’, mas à atividade que consiste em reger a conduta dos homens no interior de um quadro e com instrumentos de Estado. O termo ‘governamentalidade’, segundo Dardot e Laval (2016), foi introduzido precisamente para significar as múltiplas formas dessa atividade pela qual os homens, que podem ou não pertencer a um governo, buscam governar outros homens.

A partir dessa perspectiva de trabalho, para se proceder a uma análise do neoliberalismo e de suas implicações no campo educacional, é preciso reconhecer que, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, o neoliberalismo é fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. Trata-se, em resumo, de um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que vão determinar um novo modo de governo dos homens, segundo os princípios da concorrência e da oposição à igualdade.

Nesse sentido, longe de significar somente a destruição programada das regulamentações, das instituições e dos direitos, amplamente observadas no contexto brasileiro, é preciso aceitar que o neoliberalismo também ‘produz’ certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. A racionalidade neoliberal instaura um novo modo de governar os homens que, em vez de reprimi-los, de tolhê-los, busca criar neles as condições para a emergência de um modo de vida próprio em que todas as relações sociais, inclusive as que não pertencem ao domínio próprio da economia, passem a funcionar a partir da lógica concorrencial.

Tal ponto merece atenção pois essa produção de condições necessárias para a extensão da lógica concorrencial a todas as esferas da vida está intrinsecamente relacionada com processos de educabilidade e de subjetivação, que vão ocupar um lugar central dentro da dimensão estratégica do neoliberalismo. Para o pensamento neoliberal, a livre-iniciativa, o empreendedorismo e a competitividade não seriam

características que brotariam quase que espontaneamente nos indivíduos, mas, ao contrário, teriam que ser produzidas e defendidas (SAFATLE, 2021).

É dentro dessa perspectiva que, desde o início da sua expansão, com os ordoliberais alemães, na década de 30, o neoliberalismo mirou a escola, a universidade, e isso por várias razões, sendo uma das principais o fato de que se tratam de lugares de formação de um certo tipo de subjetividade. A fim de obter êxito no objetivo de ‘mudar o coração e a alma’ dos sujeitos e projetar a lógica empresarial desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade, se faziam necessárias ‘doses maciças de intervenção e de reeducação’ (SAFATLE, 2021).

Como apontam Dardot e Laval (2016, p. 230),

Daí o trabalho “pedagógico” que se deve fazer para que cada indivíduo se considere detentor de um “capital humano” que ele deve fazer frutificar, daí a instauração de dispositivos que são destinados a “ativar” os indivíduos, obrigando-os a cuidar de si mesmos, educar-se, encontrar um emprego.

Para que haja essa inclinação do indivíduo a se entender enquanto um ‘gestor de si mesmo’, é preciso que ele internalize desde cedo que a racionalidade econômica é a única possível. Para isso, é preciso considerar que os estudos são, acima de tudo, um investimento que deve produzir uma renda, que deve ser rentável. A escola neoliberal é alicerçada na eficiência, no desempenho, na rentabilidade. Cada indivíduo necessita se ver, desde cedo, como um empresário de si mesmo, portanto cada um precisa se considerar um ‘capital’ (LAVAL, 2019b).

É preciso que o indivíduo receba investimentos a fim de desenvolver suas habilidades, capacidades e aptidões úteis aos processos econômicos, isto é, seu capital humano. De acordo com Veiga-Neto (2000, p. 199),

O sujeito ideal do neoliberalismo é aquele, pois, que é capaz de participar competindo livremente e que é suficientemente competente para competir melhor fazendo suas próprias escolhas e aquisições. É isso que Becker (1964) quer dizer, na sua Teoria do Capital Humano, quando argumenta que esse sujeito deve desenvolver, ao máximo, sua capacidade de ser o empresário de si mesmo.

Gadelha Costa (2009) chama atenção para os desdobramentos-efeitos dessa forma de governamentalidade neoliberal nos domínios da educação, salientando que a Teoria do Capital Humano enseja uma cultura do empreendedorismo. É preciso que o indivíduo exerça voluntariamente o que se espera dele: a liberdade de realizar suas escolhas e, ao mesmo tempo, ser responsabilizado por elas. Nesse escopo em que o indivíduo passa a agir como uma empresa, o fracasso ou o sucesso em uma empreitada dependem, única e exclusivamente, desse empresário de si mesmo, para quem a competitividade torna-se um imperativo. O cidadão investido de uma responsabilidade coletiva, cujo êxito pessoal é visto como contributo para a melhoria da sociedade como um todo dá lugar, a partir desse deslocamento, a um sujeito apartado da ideia do social, para quem suas ações são coordenadas com o fim único de atendimento a interesses pessoais.

É nesse ínterim de delegação ao indivíduo de uma liberdade de escolha e de uma responsabilização que lhe é intrínseca que a escola passa a ser tomada como espaço de construção de capital humano e de antecipação, aos estudantes, do mundo ‘lá fora’. Uma antecipação que é vista como a melhor maneira de preparar competências para atuar em um mundo marcado pelo mercado e pela competição (VEIGA-NETO, 2000).

O Brasil se encontra na vanguarda dessa escola neoliberal. No Prefácio da segunda edição da obra *A escola não é uma empresa*, Laval (2019a) afirma que o Brasil chegou antes que a França e diversos outros países europeus ao estágio do capitalismo escolar e universitário, caracterizado pela intervenção direta e maciça do capital no ensino. Ainda segundo o autor (2019a), a orientação do atual governo¹ ameaça acelerar ainda mais a ‘neoliberalização’ da educação iniciada no Brasil partir dos anos 90, quando o país altera seu regime de política econômica de desenvolvimentista para liberal. De fato, desde que esse modelo econômico começou a se impor no país, as políticas voltadas à educação e a própria concepção de escola e de conhecimento têm sido pautadas segundo critérios relativos à dinâmica do mercado.

É no escopo de atendimento à necessidade de investimento em capital humano, reiteradamente mencionados em Relatórios do Banco Mundial dos anos 90, que

¹ Christian Laval faz referência ao governo do Presidente Jair Bolsonaro, eleito para o mandato 2019-2022.

diversas reformas educacionais vão ser gestadas no Brasil (SILVA, 2022). Tomando a noção de crise política como um norteador para estabelecer a lógica do mercado no contexto brasileiro, o propósito inicial de tais reformas era o de produzir um deslocamento de uma condição de assistência para uma condição de contribuição ativa do sujeito. Para tanto, se fazia necessário utilizar determinadas estratégias educacionais, de preferência articuladas com o próprio mercado, para que outras formas de subjetivação constituíssem os sujeitos de modo a dirigi-los em favor do mercado (LOPES, 2009). Isso posto, à medida em que uma parcela maior da população adquirisse capital humano básico, o crescimento econômico deveria se acelerar. Essa ‘inclusão’ pela educação foi tida como um dos imperativos no contexto neoliberal, pelo menos no período que vai do início dos anos 90 até meados da década passada, quando a face democrática do neoliberalismo dá lugar à sua face conservadora.

De acordo com Laval (2019b), a ilusória pretensão à universalidade, intencionada pela educação humanista, cedeu lugar a um modelo de formação pautado pela ‘utilidade’. Se antes o ideal da escola estava em conduzir os estudantes à emancipação intelectual, a partir de uma referência de um homem completo, para o qual o trabalho não era a ocupação exclusiva da vida, a escola neoliberal, por sua vez, visa a formação de um indivíduo de quem se espera diferentes competências, flexibilidade, capacidade de autogoverno e responsabilização no exercício de uma ‘atividade considerada socialmente útil’. Há um deslocamento basilar da concepção de educação: passa-se da predominância dos valores culturais à lógica do valor econômico.

2 O ESTUDANTE ‘EMPRESÁRIO DE SI MESMO’ DO NOVO ENSINO MÉDIO

A reforma do ensino médio, que começou a ser colocada em prática no ano de 2022 e fora desencadeada a partir da aprovação da Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), é justamente orientada no sentido de instaurar no âmbito das políticas curriculares pressupostos da governamentalidade neoliberal: o protagonismo individual, a lógica da concorrência e o empreendedorismo como modo de vida. O que ela engendra, para além da mudança envolvendo a ampliação da carga horária de 2400 para 3000 horas e a reorganização curricular (leia-se o ‘apagamento’ de disciplinas como Filosofia,

Sociologia e História, por exemplo), são novas estratégias de regulação da escolarização condizentes com novas modalidades de governo da vida, consolidadas a partir da liberdade de escolha e da responsabilização do estudante.

Conforme a reestruturação prevista pela Lei nº. 13.415/17, o ensino médio passa a ser composto por um currículo, que abrange 1800 horas, orientado pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) (BRASIL, 2018a), e por itinerários formativos a serem escolhidos pelos estudantes, ofertados conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino (BRASIL, 2018a), os quais correspondem às demais 1200 horas. Esses itinerários dizem respeito, de acordo com o Portal do MEC, “ao conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho que os estudantes poderão escolher no ensino médio” (BRASIL, 2021), de modo a se aprofundarem nos conhecimentos de uma área específica (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e da formação técnica e profissional (FTP), ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas, conforme a disponibilidade das instituições de ensino em oferecer este ou aquele itinerário.

Emerge com esse novo modelo curricular a individualização dos processos de seleção dos conhecimentos e/ou disciplinas a serem estudados nas escolas. A instituição escolar deixa de propor um mesmo percurso a ser trilhado por todos os estudantes e passa a delegar a esses indivíduos a responsabilidade pela construção, planejamento e escolha do que será objeto de investigação, de acordo com os desejos, interesses e objetos de cada um. Os docentes, nessa perspectiva, tornam-se mediadores que guiarão os estudantes em seus percursos individuais de formação.

Esses processos que impingem ao estudante a tarefa de definir seu percurso escolar são chamados por Silva (2015) de ‘dispositivos de customização curricular’. Segundo o referido autor, a expressão customização assume sentidos de personalização, de diferenciação ou mesmo de adaptação para usos particulares. Customizam-se roupas, veículos, objetos domésticos. Em última instância, ‘customiza-se a si mesmo’. Sob esse ângulo, estamos diante de uma tecnologia pedagógica individualizante que traça como horizonte formativo as possibilidades de diferenciação do indivíduo:

Construa seu próprio percurso, defina seu projeto de vida, seja protagonista, busque seus diferenciais, seja sua própria marca, invista em seus conhecimentos, seja sua melhor versão! Não é difícil constatar que se trata de um novo tipo de investimento formativo na educação de nossos adolescentes e jovens (SILVA, 2015, *on-line*).

A alusão ao protagonismo dos estudantes aparece tanto na BNCC quanto na Resolução CNE/CEB nº. 3/2018 (BRASIL, 2018b), que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Há uma regularidade discursiva no sentido de atrelar ao estudante um papel ‘ativo’ em sua formação, fazendo recair a responsabilidade da aprendizagem sobre ele. O Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio (RCGEM), aprovado em outubro de 2021 e referência obrigatória para a elaboração dos currículos das instituições integrantes dos Sistemas Estadual e Municipais de Ensino do Rio Grande do Sul, cita mais de 90 vezes os termos ‘protagonismo’ e ‘protagonista’, acentuando uma concepção de indivíduo que deve gerir a si mesmo em um processo de autodisciplina e autoaprendizagem permanentes.

Em diferentes momentos do texto do RCGEM, também é exaltada a ‘autonomia’ do estudante, que assim como os demais termos aludidos, funciona como elemento estruturante dessa pedagogia não diretiva e flexível. É nesse sentido que o RCGEM menciona, por exemplo, se fazer “mister que o estudante protagonize a própria aprendizagem com base em itinerários formativos, visando assim à inserção em determinada área em que deseje seguir carreira” (RIO GRANDE DO SUL, 2021, p. 86), ou ainda que o protagonismo juvenil deve “ser o fio condutor de todo o processo de implementação do ensino médio, bem como da escrita do Referencial Curricular Gaúcho, visando estimular nos jovens a capacidade de escolhas e de tomadas de decisões, ou seja, sua autonomia” (RIO GRANDE DO SUL, 2021, p. 27).

Outro dos dispositivos de ‘customização curricular’ previsto na reforma do ensino médio é o Projeto de Vida. Segundo previsto no § 7º do Art. 3º da Lei nº. 13.415/2017, “Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do estudante, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu Projeto de Vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (BRASIL, 2017). Trata-se de um componente que visa estabelecer uma ‘ponte’ entre os

conhecimentos a serem adquiridos ao longo do ensino médio e as perspectivas do estudante para o seu futuro, a partir de uma formação teórica e prática que alie o “conhecimento às vivências reais, aproximando os estudantes do mundo real e facilitando suas escolhas” (RIO GRANDE DO SUL, 2021, p. 60).

Cabe ao estudante, com o auxílio dos professores, exercer ações estratégicas para projetar suas escolhas futuras, de modo a potencializar o seu capital humano adquirindo as habilidades necessárias para gerir a si mesmo e aos riscos de se viver em uma sociedade cada vez mais competitiva e em contínua transformação. Nessa ótica, o RCGEM traz a previsão da abordagem do Projeto de Vida em três dimensões, conforme perspectiva da BNCC: pessoal, social e profissional.

Na dimensão pessoal, o estudante deve trabalhar o autoconhecimento, de modo a se reconhecer como sujeito e a fortalecer sua autoestima e as habilidades fundamentais para o desenvolvimento pessoal. A dimensão social envolve as relações interpessoais e encaminha os estudantes para a resolução de problemas visando aprimorar o senso de responsabilidade. A dimensão profissional visa construir um perfil profissional do estudante que “atue e transforme a precarização do mercado de trabalho, com criatividade, com o uso das tecnologias, com protagonismo, com solidariedade e com a perspectiva de integralidade humana” (RIO GRANDE DO SUL, 2021, p. 60). Entre as sugestões de temáticas e competências a serem trabalhadas, estão: inteligência emocional, autoconhecimento, autocuidado, autoconfiança e autoeficácia, competências e habilidades pessoais, empreendedorismo, elaboração e gestão de projetos pessoais e profissionais (RIO GRANDE DO SUL, 2021).

Diante dessas novas estratégias de regulação da escolarização juvenil proporcionadas pela reforma do ensino médio, se a partilha do *ethos* neoliberal depende, necessariamente, de que todos sejam educados em sintonia com os ditames neoliberais, o currículo vai ser percebido como “o grande operador dos códigos de verificação, permissões e interdições, do que é pensável e dizível, aceitável e suportável” (VEIGA-NETO, 2018, p. 42). Isso explica o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao perfil profissional interposto pelo itinerário escolhido e não mais o aprendizado de um conjunto de saberes relativos à ciência, à arte, à cultura e à tecnologia, por exemplo. Explica, também, o desprestígio das ciências humanas, estas

últimas menos propensas, por exemplo, ao desenvolvimento de ‘habilidades socioemocionais para a resolução de problemas’, um dos objetivos propostos no RCGEM, e mais voltadas para o desenvolvimento da capacidade de análise, interpretação e sistematização da realidade social.

É dentro dessa perspectiva que o Estado do Rio Grande do Sul aprovou, ainda em 2006, a Política Estadual de Empreendedorismo, a ser desenvolvida nas escolas técnicas e de nível médio, documento recentemente alterado pela Lei nº. 15.410/2019 (RIO GRANDE DO SUL, 2019). O texto-lei busca instituir uma cultura empreendedora nas instituições de ensino gaúchas, a partir ‘da internalização de comportamento e atitude empreendedoras’ para que os estudantes se tornem ‘responsáveis pelo seu próprio futuro e das comunidades em que vivem’. Entre as práticas empreendedoras a serem desenvolvidas, são citadas no §3º do Art. 1º,

[...] iniciativas ou experiências educacionais que acontecem dentro e fora da sala de aula e que têm como objetivos inspirar e proporcionar oportunidades para os estudantes se envolverem com o empreendedorismo, como disciplinas, técnicas de ensino, materiais didáticos, pesquisas, projetos interdisciplinares, eventos culturais, feiras, programas de tutoria e mentoria (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Acerca dessa introjeção da racionalidade neoliberal nas escolas, Veiga-Neto (2018, p. 42) salienta que “a equação educação – introjeção – neoliberalismo explica o motivo de várias empresas e corporações privadas promoverem e sustentarem vultosos projetos educacionais”. A aproximação entre diversas entidades privadas e a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), sobretudo nos últimos anos, denota o desenvolvimento de uma política que visa instaurar a internalização de comportamentos e atitudes empreendedoras nas escolas. Exemplo são as parcerias com a Fundação Lemann, em 2019, visando à seleção de profissionais para atuar no Estado, entre eles 30 novos coordenadores regionais de educação, ou ainda com o Instituto Ayrton Senna e o Instituto Iungo, nos últimos dois anos, voltadas para o atendimento de estudantes e formação docente.

No ano de 2022, a SEDUC estabeleceu outra parceria, desta vez com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do estado e a Organização

não Governamental Embaixadores da Educação, para a realização, em Porto Alegre, do evento chamado ‘Crie o Impossível’, voltado para estudantes do ensino médio da rede pública de ensino. Este se apresenta como um evento de impacto inspiracional que objetiva despertar sonhos, abrir perspectivas e trazer referências positivas para estudantes de escolas públicas brasileiras. Com o propósito de fomentar uma educação empreendedora por meio de uma estratégia de inspiração em carreiras de sucesso, o evento realizado no Estádio Beira-Rio teve a participação de diversos nomes conhecidos do público jovem, que compartilharam suas trajetórias envolvendo a superação de dificuldades e o alcance do sucesso profissional.

Dentro de uma lógica de empresariamento da sociedade, o ‘Crie o impossível’ se coloca como um evento que busca servir como um referencial para a construção dos projetos de vida dos estudantes, em consonância com o proposto pela BNCC e a reforma do ensino médio. Ocorre, assim, um investimento sobre as subjetividades desses estudantes, de modo a fortalecer as dimensões do individualismo, da realização pessoal e da competitividade. Opera-se, assim, a partir de uma estratégia biopolítica, uma intervenção sobre as formas cognitivas e o campo das emoções dos estudantes. Em tais condições, as diferenças individuais são potencializadas e valorizadas permanentemente (SILVA, 2017).

A partir da análise das diretrizes que orientaram a reforma do ensino médio no Estado do Rio Grande do Sul, bem como das parcerias estabelecidas entre a Secretaria Estadual da Educação e institutos privados, percebe-se uma regularidade no discurso produzido acerca do estudante que se quer formar. Há uma referência constante nos textos legais a uma composição de currículos escolares ajustáveis aos perfis dos estudantes e à projeção destes como ‘gerenciadores’ daquilo que deverão aprender na escola, de modo a dotá-los de um protagonismo responsabilizado. Trata-se, pois, de práticas entendidas aqui como investimentos e ações sobre os estudantes que visam programá-los e controlá-los em suas formas de sentir, de pensar, de compreenderem a si mesmos e à vida que levam e o mundo em que vivem, através de determinados processos e políticas de subjetivação mobilizados pela racionalidade neoliberal, que estende os princípios econômicos a todas as instâncias da vida.

Dardot e Laval (2016), retomando Bob Audrey, que compara a noção de ‘empresa de si mesmo’ a uma forma moderna de ‘cuidado de si’, sublinham que tal noção diz respeito a uma ética pessoal em tempos de incerteza:

A empresa de si mesmo é encontrar um sentido, um compromisso na globalidade da vida, o que começa cedo – com quinze anos, somos empreendedores de nós mesmos assim que nos perguntamos o que queremos fazer da vida. Toda atividade é empresarial, porque nada mais é garantido para toda a vida. Tudo deve ser conquistado e defendido a todo momento. A criança mesmo deve ser ‘empreendedora de seu saber’ (p. 336).

A partir das lentes da governamentalidade, entende-se o empresariamento dos estudantes, que irrompe discursivamente nos documentos norteadores da reforma do ensino médio, como uma prática, uma técnica que visa determinar um novo modelo de escolarização pautado pela responsabilização e pela atribuição de um protagonismo ao estudante. É preciso, pois, que se internalize desde cedo a racionalidade econômica como a única possível, a fim de que esse sujeito adquira condições de adentrar no jogo das competitividades.

3 RESPONSABILIZAÇÃO INDIVIDUAL, PRECARIZAÇÃO E ESTEIO FAMILIAR

Dentre as questões que emergem desse cenário de ‘empresariamento’ dos estudantes projetado pela reforma do ensino médio, uma diz respeito à conversão desse indivíduo em um sujeito moral, a quem é delegada a ‘liberdade para escolher’ e, justamente em razão disso, precisa ser integralmente responsabilizado pelas escolhas que fizer. Ao estudante é incumbida a tarefa de definir as estratégias a serem seguidas para a valorização de seu capital humano, sob o risco constante de falhar, de ser incapaz de sobreviver na ‘sociedade do risco’. Há nesse processo um modo de constituir um comportamento empreendedor responsável e resolutivo do indivíduo que não lhe permite questionar sobre os limites de seus investimentos em capital humano e sobre o quanto outras variáveis também determinarão seu futuro. Ao se lançar no mundo competitivo do trabalho, em caso de fracasso, esse indivíduo da racionalidade neoliberal não vai culpar o Estado ou as ‘contradições’ do capitalismo, mas sim a sua própria falta de habilidades de autogestão.

Brown (2018) sublinha que, se tomarmos essa responsabilização sob a ótica da nação, veremos que esse indivíduo se coloca como um cidadão que não reivindica proteção contra recessões diminuidoras de postos de trabalhos, crises de crédito e apetites do capitalismo por terceirização. Ele também aceita a intensificação das desigualdades no neoliberalismo como básicas para a saúde do capitalismo – o que engloba os salários abaixo da linha da pobreza de muitos, e também o acesso reduzido dos pobres e da classe média a bens anteriormente públicos e agora privatizados. A culpabilização diante do desemprego, por exemplo, recairá integralmente sobre o indivíduo, e não sobre o sistema neoliberal. Não cabe a ele indagar o recuo do Estado e a precarização a que passa a ser cada vez mais submetido, mas sim lançar-se, de ‘corpo e alma’, no jogo concorrencial do mercado.

A promoção do empreendedorismo como norma observada nas atuais reformas e programas políticos, quer sejam de direita, quer sejam trazidas por partidos socialdemocratas, remonta às raízes do neoliberalismo. O projeto político neoliberal implica, desde seu princípio, uma ‘espécie de economia de valorização de si, onde o que realmente importa é aquilo que o indivíduo promete em performance futura. Ocorre, todavia, e este é um ponto fundamental, que entre o momento em que a Teoria do Capital Humano foi elaborada, na década de 60, e o presente, em que é adotada pelas grandes instituições mundiais (FMI, Banco Mundial, OCDE, União Europeia, etc.), o alvo se deslocou sensivelmente (DARDOT *et al*, 2021).

O que aparece como alvo principal hoje, não é, como nos anos 1960, apenas o Estado-providência em geral ou tal como ele funciona nos campos da educação e da saúde [...] é a própria instituição do assalariamento, com suas proteções sociais e jurídicas, ou, em uma perspectiva mais ampla, ‘são as potencialidades democráticas’ do trabalho, em seus aspectos que representam um espaço central para a experiência e a invenção de práticas democráticas, em razão da importância crucial que podem ter aí as práticas de deliberação e cooperação (DARDOT *et al*, 2021, p. 240).

Assiste-se, hoje, a uma radicalização do processo de responsabilização dos indivíduos e uma exposição ainda maior à precarização. Os riscos sociais que tinham sido assumidos de forma coletiva, primeiro pela mutualização operária e depois pelo *Welfare state*, agora recaem sobre os indivíduos, cada vez mais governados pelo crédito e endividamento (LAZZARATO, 2019). Essa radicalização encontra ancoragem na atual

face conservadora do neoliberalismo, que se intensificou a partir de meados da década passada, com a aprovação do Brexit, na Inglaterra, a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, e de Jair Bolsonaro, no Brasil, bem como a ascensão de governos e partidos de extrema-direita em vários países da Europa.

Nesse contexto, intensifica-se o dismantelamento dos direitos dos trabalhadores e das proteções sociais, pois o Estado passa a ser cada vez mais “um ‘Estado forte’ para com os fracos (os despossuídos) e fraco para com os fortes (os proprietários)” (LAZZARATO, 2019, p. 32). Com isso, a própria ideia de construção do capital humano passa a ser ressignificada. Com o Estado organizando e gerindo ‘serviços mínimos’ para a população e adotando políticas de austeridade, como as reformas da previdência e trabalhista, realizadas nos últimos anos no Brasil, não se trata, apenas, de escolhas (educacionais, de saúde, pessoais, etc.) deliberadas que os indivíduos têm de realizar para valorizarem a si mesmos e adentrarem no jogo competitivo do mercado, mas também de uma capacidade de gerenciamento da vida diante da precarização a que a sociedade está cada vez mais submetida.

Ainda que o modelo de assalariado ‘clássico’ continue a ser hegemônico, um novo formato, o do trabalhador flexível e que não se beneficia de proteções sociais e jurídicas, tem irrompido com acentuada rapidez no cenário global. Qualificado com diversas expressões, como uberização ou capitalismo de plataforma, esse fenômeno está vinculado a novas formas de trabalho precário ou quase gratuito. Considerando que só há fracassos individuais e não causas sociais para tal, cabe ao indivíduo ‘jogar o jogo do empresário de si’ e ‘aceitar voluntariamente’ a condição do precariado (DARDOT *et al.* 2021). A atuação do precariado, como um estimulador de competição, de todos contra todos, funciona como uma ‘força negativa’, como ‘um polo de repulsão do qual todos querem se afastar, mesmo sem saber’ (VEIGA-NETO, 2018). O empresariamento de si, assim, passa ser entendido como uma estratégia de autocuidado e autopreservação que visa à sobrevivência do indivíduo, muito mais que como uma ação deliberada por parte dele em busca de sucesso e crescimento profissional.

Diante desse complexo cenário, o modelo de escolarização proposto pela reforma do ensino médio, dentro de uma ética da autorresponsabilização que trata as

questões sociais apenas no nível individual, conduz os estudantes a uma busca constante para fazerem valer, dentro da lógica do ‘todos contra todos’, suas qualidades, seus diferenciais, aquilo que faria desse sujeito alguém merecedor de reconhecimento e aceitação no mundo do trabalho. Ainda assim, nada garante que esse jovem, a quem é subtraída a possibilidade de uma formação humana que lhe dê condições reais para adentrar na lógica concorrencial, consiga atender às demandas de uma sociedade do risco e do rendimento.

Nesse escopo, quando o Estado deixa de garantir a proteção e os direitos sociais e encaminha os jovens ao desemprego em longo prazo, à pauperização, ao sofrimento psíquico, ocasionados em razão da própria organização do sistema neoliberal, que parece necessitar, cada vez mais, de uma reserva de inúteis ou redundantes que garante a vitalidade do sistema e o jogo das normalizações (SILVA, 2022), é a família que vai funcionar como um sistema de proteção social básico do indivíduo.

Com os sujeitos sendo tomados como capitais humanos em constante competição uns com os outros, e minando-se sentimentos de pertencimento social, a família aparece como último reduto de humanidade (QUINTELA, 2020). Margareth Thatcher, na década de 80, já havia sinalizado para esse deslocamento dos ‘laços impessoais’ da seguridade social aos ‘laços familiares’, quando afirmara, durante entrevista: “*There is no such thing! There are individual men and women and there are families*” (Não existe isso de sociedade. Existem apenas homens e mulheres individuais e existem famílias”) (THATCHER, 1987).

Cooper (2022) é enfática ao pontuar que, dentro da governamentalidade neoliberal, as ‘obrigações naturais’ da família devem servir como um substituto para o estado de bem-estar, e que o ‘altruísmo’ da família representa um tipo de contrato de seguro mútuo primitivo e serve como contrapeso necessário às liberdades de mercado. Isso posto, na medida em que o Estado, por um lado, inflige mais e mais restrições e cortes orçamentários em educação, saúde e cuidados com a população, e, por outro, encaminha os trabalhadores ao jogo concorrencial do mercado, a partir da implementação de políticas como a do modelo de escolarização do ensino médio, resta ao indivíduo acionar a família enquanto dispositivo de segurança desse sistema de desresponsabilização estatal.

Não é por outra razão que o Ministro da Economia Paulo Guedes, discípulo da Escola de Chicago, ao se referir aos temas do desemprego e da previdência em entrevista no ano de 2019, buscou reforçar os ‘laços familiares’ como necessários ao funcionamento da economia de livre mercado promovida pelo governo Bolsonaro:

O que eu falo para o jovem brasileiro é o seguinte: chega para seu pai e peça para ele fazer um sacrifício, ser responsável financeiramente [...] em vez de te condenar ao desemprego”. Sabe por que você está desempregado, jovem? Porque para empregar uma pessoa, você tem que desempregar outra. Porque os custos trabalhistas são muito altos [...] (GUEDES, 2019).

Dentre as diversas análises que tal declaração suscita, cabe fazer referência, aqui, ao papel de sustentáculo da economia capitalista funcional delegado à família. Compete ao pai, no exemplo em questão, o sacrifício moralizado de garantir o sustento do filho e, ao mesmo tempo, a sobrevivência do todo (a economia do país). Se o sistema neoliberal não permite a criação de empregos para todos os jovens recém-formados, não é o Estado quem vai proteger esse indivíduo, mas sim a instituição familiar, a partir de uma relação de autocuidado, apoio mútuo e dívida intergeracional (COOPER, 2022).

Nos limites desse texto, importa ainda salientar que essa segurança adquirida no seio familiar, precisa, também, ser analisada sob a ótica dos valores e da própria proteção que essa instituição solicita. Sobretudo na atual conjuntura de recrudescimento de um ‘núcleo moral’ do neoliberalismo, a família, entendida como um campo moral e como uma construção necessária dentro da ordem social, passa a requerer, ela própria, proteção. Ao mesmo tempo em que funciona como sustentáculo do livre mercado, ela solicita um protagonismo moral na formação social. Em meio à insegurança provocada pelo desmantelamento de políticas sociais, não são as políticas neoliberais que são consideradas ameaçadoras, mas os supostos ataques à instituição familiar e seus valores. É nesse ínterim que tem sido mobilizada, de um lado, a proteção da privacidade da família em relação à intervenção do Estado, no sentido de resguardo da autoridade familiar, e, de outro, a proteção da família em relação às ameaças à moralidade e aos códigos de conduta tradicionais (QUINTELA, 2020).

4 CONCLUSÕES

A partir da discussão aqui apresentada, entende-se que o modelo curricular proposto para o novo ensino médio estabelece estratégias de regulação da escolarização juvenil que apontam para novas modalidades de governo da vida dos estudantes, em consonância com os pressupostos neoliberais. A autonomia delegada ao estudante e a conseqüente responsabilização por suas escolhas, reforçadas textualmente nas diretrizes orientadoras da reforma, colocam-no no ‘centro’ da vida escolar, tornando-o protagonista em sua trajetória de aprendizado. Ao mesmo tempo, mobilizam esse sujeito como o único responsável pelas ações a serem empreendidas a fim de potencializar seu capital humano visando o sucesso no mundo ‘lá fora’.

Ao atualizar os sentidos da educação enquanto uma política social, de forma que essa passa a ser discursivizada a partir da prevalência dos critérios do mercado, a governamentalidade neoliberal encaminha a instituição escolar e os estudantes a se conformarem à lógica da concorrência, à competição, à supremacia do indivíduo em detrimento do social. Se cada estudante constrói seu percurso formativo a partir de seu projeto de vida, pouco resta na escola para o compartilhamento do comum, das práticas coletivas que apontam para além do desenvolvimento solitário de habilidades, capacidades e aptidões úteis aos processos econômicos.

Convertido em um sujeito moral, responsabilizado já desde o primeiro ano do ensino Médio para definir um projeto para a sua vida condizente com o que ‘o mercado’ espera dele, cabe a esse estudante aceitar para si o peso da redução das funções do Estado a que é submetido e performatizar enquanto um ‘empresário de si’ a partir dos princípios, códigos e condutas que advém do *ethos* empresarial. Quando lançado no jogo cada vez mais perverso das competitividades do mercado, se fracassar, é no seio familiar que esse jovem deverá buscar amparo, pois o Estado, também ele guiado pela lógica do mercado, limita-se a assegurar uma cobertura mínima dos riscos sociais, a despeito da precarização a que a população é cada vez mais submetida. Gerir a sobrevivência dos indivíduos, nesse escopo, torna-se uma demanda solicitada à família, também ela subjetivada a partir dos critérios econômicos e disposta a fazer valer seu protagonismo dentro da ordem social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 13 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 10 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio: perguntas e respostas**. Brasília, 2021. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/40361-novo-ensino-medio-duvidas>. Acesso em 10 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº. 3/2018**, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. 2018b. Disponível em https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN32018.pdf. Acesso em 10 ago. 2022.

BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial, neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.

COOPER, Melinda. **Los valores de la familia. Entre el neoliberalismo y el nuevo social-conservadurismo**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2022. Disponível em: https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/PC_27_COOPPer_web.pdf. Acesso em 13 nov. 2022.

DARDOT, Pierre. *et al.* **A escolha da guerra civil**. Uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no *Collège de France* (1978-1979). Lisboa: Edições 70, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Estadual nº. 15.410/2019**. Altera a Lei que Institui Política Estadual de Empreendedorismo, a ser desenvolvida nas escolas técnicas e de nível médio do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-15410-2019-rio-grande-do-sul-altera-a-lei-n-12616-de-8-de-novembro-de>. Acesso em 1 ago. 2022.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson.; DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SILVA, Mozart Linhares da. Educação e inclusão no contexto do “neoliberalismo conservador” no Brasil. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 13, n. 27, p. 149–166, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/13530>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Customização curricular na escola dos jovens? – Exclusivo. **Pensar a Educação em Pauta**. V. 3, nº 104 / Nov. 2015. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/customizacao-curricular-na-escola-dos-jovens-exclusivo/>. Acesso em 19 ago. 2022.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Emocionalização, algoritmização e personalização dos itinerários formativos: como operam os dispositivos de customização curricular? **Currículo sem Fronteiras**. V. 17, nº 3, p. 699-717, 2017. Disponível em <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/silva.pdf>. Acesso em 10 nov. 2022.

THATCHER, Margaret. **Interview for Woman's Own** ("no such thing as society"). Douglas Keay. *Margaret Thatcher Foundation*. [set. 1987]. Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/106689>. Acesso em 21 ago. 2022.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: CASTELO BRANCO, Guilherme.; PORTOCARRERO, Vera. (Org.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau, 2000.

VEIGA-NETO, Alfredo. Neoliberalismo e Educação: Os Desafios do Precariado. In: RESENDE, Haroldo de. (org) **Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação**. São Paulo: Intermeios; Brasília, 2018.

HISTÓRICO

Submetido: 11 de Out. de 2022.

Aprovado: 03 de Nov. de 2022.

Publicado: 27 de Dez. de 2022.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:

SCOTTA, L. O estudante protagonista e responsabilizado do novo ensino médio: uma análise sob as lentes da governamentalidade. *Revista Linguagem, Educação e Sociedade* - LES, v. 26, n. 52 2022, eISSN: 2526-8449